



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/ASSED

O presente processo foi encaminhado a esta Unidade Diretiva para avaliação da regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço técnico profissional especializado em medicina e segurança do trabalho para realizar perícia nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, bem como emitir Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico), do qual constem os fatores de risco a que estejam expostos os servidores deste Regional, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 35/2022 (documento n.º 2007891).

Ocorre que, ao analisar o procedimento em questão, verifica-se a expressiva diferença entre estimativa de preços elaborada pela Administração, no valor total de R\$ 400.858,64 (quatrocentos mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), documento n.º 1927682, e o valor total adjudicado, conforme Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 2023909, perfazendo o valor total de R\$ 50.741,14 (cinquenta mil setecentos e quarenta e um reais e quatorze centavos).

Quanto à aceitabilidade da proposta, o edital n.º 35/2022 (documento n.º 2007891), estabelece, nos tópicos 10.5 e 10.6:

“10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.”

Assim, em que pese o Pregoeiro ter confirmado junto às licitantes os valores ofertados para os lotes, conforme consta na fl. 822, da Ata, documento n.º 2024048, diante da expressiva discrepância de valores, sugerimos o retorno dos autos ao Núcleo de Pregoeiros – NUP, para diligenciar a comprovação da exequibilidade das propostas pelas licitantes vencedoras do certame, retornando em seguida para avaliação da regularidade do procedimento licitatório e demais atos.

À consideração superior.

Cintia Mont’Alverne

Técnico Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral.

ANA FLÁVIA CERQUEIRA MACHADO

Assessora Especial da Diretoria-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Alencar Mont'alverne Mattos, Técnico Judiciário**, em 29/07/2022, às 12:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 29/07/2022, às 12:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2026120** e o código CRC **3A32E72A**.